

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## O negócio deles é clique

Deputados conservadores insistem em manter o tema aborto na seara política. Mesmo depois de o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), anunciar que vai criar uma comissão para avaliar a proposta para endurecer essa legislação, vários discursaram sobre o assunto. É para arrumar engajamento nas redes sociais.

## Aqui não, campeão

Ainda que a comissão a ser criada por Lira chegue a algum consenso, os líderes no Senado não querem saber de mudar a lei sobre aborto. Não há maioria para aprovar um projeto que criminalize a vítima.

## Sem Lula, nada feito

Até aqui, embora Lula tenha dito que não está decidido a disputar um novo mandato, os aliados consideram que o único nome capaz de reproduzir a aliança de 2022 é o do atual presidente da República. Ou seja: reclamam dos gestos do presidente, mas não o dispensam.

## Enquanto isso, em São Paulo...

O governador Tarcísio de Freitas já se refere à candidatura do prefeito Ricardo Nunes à reeleição em São Paulo como “nossa” — e também usa o plural quando responde sobre a escolha do vice. Colocou os dois pés na pré-campanha, da mesma forma que Lula fez na de Guilherme Boulos.

## ... a culpa é dos outros

Esses dois padrinhos, Lula e Tarcísio, jogam o prestígio, mas, em caso de derrota, a culpa será do candidato ou do partido. Afinal, nem o PT de Lula e nem o Republicanos de Tarcísio encabeçam as chapas.

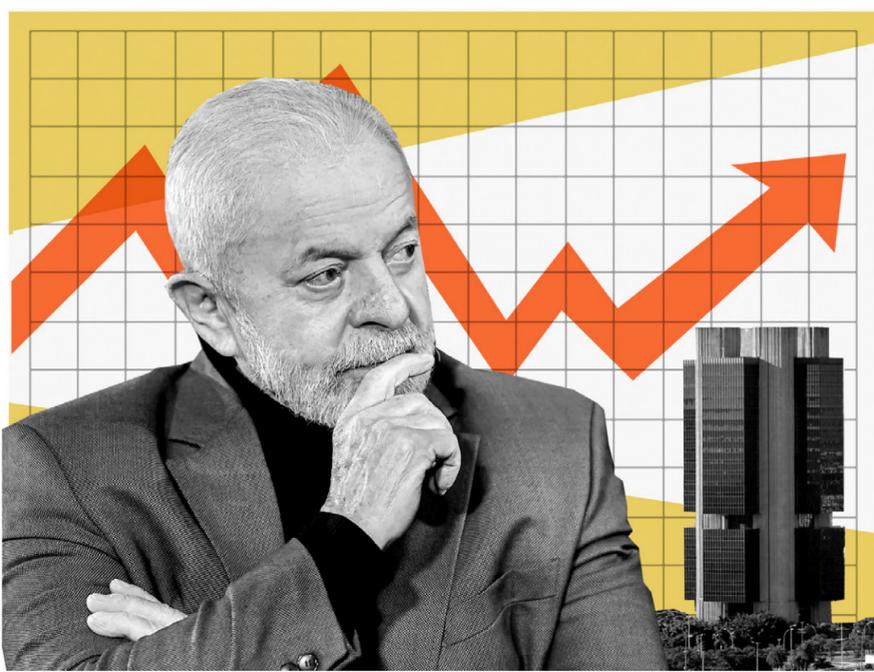
# Copom, Lula e os partidos

Ao contrário do que esperavam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, os partidos aliados mais ao centro não gastaram energia jogando a culpa de algum desajuste econômico nas costas do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e nem se dedicaram a criticar a estancada no corte de juros. Em conversas reservadas, muitos dizem que, diante do cenário da economia americana e das incertezas sobre o ajuste fiscal no Brasil, não dava para o BC fazer outra coisa. O fato de a decisão ter sido unânime deixa o espaço das críticas ainda menor.

Nesse sentido, a tendência na política é a ala mais à esquerda ficar reclamando sozinha, seguindo a toada que Lula lançou em sua entrevista à rádio CBN. Os

demais vão cuidar da vida, esperando que o governo e a cúpula do Congresso se entendam sobre os cortes orçamentários. Até agora, houve muito discurso e poucas atitudes nesta seara — e isso não ajudará a baixar os juros.

Vale lembrar: há um desconforto nos partidos mais ao centro e não se restringe ao discurso de Lula sobre os juros. Essas legendas sustentam o governo, mas dizem que o presidente parece ter se esquecido que venceu a eleição com uma grande aliança, e não apenas com o PT. Ou Lula passa a governar com um discurso que atenda, pelo menos em parte, a parcela que pensa diferente, ou vai ficar difícil manter todo mundo junto em 2026.



## CURTIDAS

Erasmio Salomão/MS



### Eles enxergam longe/

Os políticos ainda nem passaram pelas eleições deste ano e já fazem cálculos para o futuro, de olho na vice de Lula. Há quem diga que, se ele quiser repetir a aliança, terá que ter um nome do MDB — como o do governador do Pará, Helder Barbalho (foto).

### Só tem um

**problemilha/** Nesse cenário, o PT terá que apoiar Geraldo Alckmin ao governo de São Paulo, algo que o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio ainda não disse se quer.

**Novo normal/** A contar pela quantidade de excelências que embarcou na tarde de quarta-feira para o Rio de Janeiro, a presença na Câmara hoje será esvaziada. Aliás, a turma está deixando Brasília mais cedo do que fazia antes da pandemia. A cada dia, aumenta o número de excelências votando pelo Infleg, o sistema remoto.

## PREVIDÊNCIA

# Maioria do STF contra reforma

Gilmar pede vistas e interrompe o julgamento que debate a constitucionalidade de regras que afetam os servidores

» INGRID SOARES

O Supremo Tribunal Federal formou maioria, ontem, para declarar inconstitucional parte da reforma previdenciária realizada pelo Congresso, em 2019, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O julgamento somente não foi concluído porque o decano, do STF, Gilmar Mendes, pediu vistas e paralisou a tramitação.

A reforma alterou parte das regras das aposentadorias dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada. Mas o julgamento se refere apenas a pontos específicos que afetam o funcionalismo.

Entre as medidas consideradas inconstitucionais pela maioria do STF está a contribuição extraordinária dos servidores públicos ativos, dos aposentados e dos pensionistas, em caso de déficit nas contas da Previdência.

Outra refere-se ao cálculo diferenciado de benefícios para as trabalhadoras do setor privado — as servidoras foram excluídas — e a anulação de aposentadorias já concedidas com contagem diferenciada de tempo.

O relator da matéria, ministro Luís Roberto Barroso, considerou constitucionais regras contestadas por várias entidades ligadas aos servidores. Ele foi seguido pelos ministros Cristiano Zanin e Nunes Marques.

“O custo da Previdência no Brasil supera R\$ 1 trilhão. É um custo imenso, com um déficit que supera cerca de 50% desse valor. O Estado brasileiro não arrecada sequer a metade do que gasta com a Previdência Social. Esse é um déficit que continua a crescer e que compromete as novas gerações”, afirmou, acrescentando que a área fiscal do país é uma preocupação que afeta diretamente

Andressa Anholete/SCO/STF



Para o ministro, tema é “sensível”, pois trata-se de tomar decisão relativa a uma matéria complexa

os direitos fundamentais.

“Todos somos preocupados com a saúde fiscal do país e com

a proteção de direitos fundamentais das pessoas. É um equilíbrio, nem sempre fácil, que

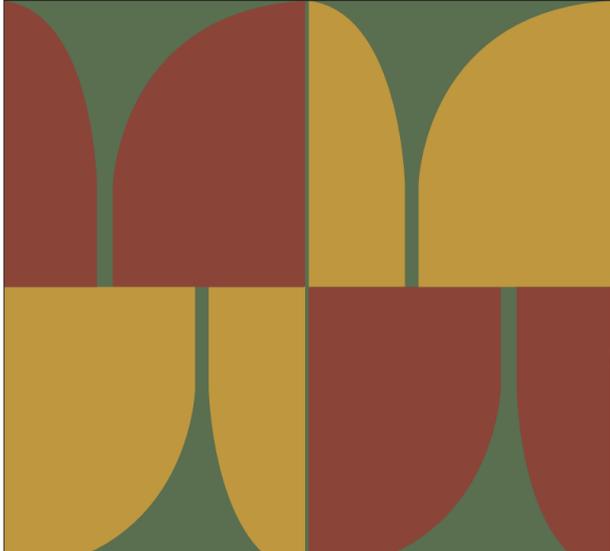
procuramos promover aqui”, salientou Barroso.

A divergência ao voto do

presidente da Corte foi aberta pelo ministro Edson Fachin, ao votar pela inconstitucionalidade de alguns trechos da reforma. Para o magistrado, o argumento de déficit não pode ensejar alterações radicais. Foi acompanhado pelos demais ministros — exceto Gilmar, que ainda não apresentou o voto.

Ao pedir vista, o decano justificou que o tema é “sensível”. “Me preocupa que possamos estar avançando na definição, ainda que parcial, de uma questão tão sensível como essa, da declaração de inconstitucionalidade de emenda constitucional, como se estivéssemos tratando de direito ordinário, sem uma análise da repercussão financeira dessa questão”, frisou.

Com o pedido de vista, não há data para a retomada do julgamento. Porém, Gilmar tem 90 dias para devolver os processos. (Colaborou Fabio Grecchi)



## ELEGÂNCIA NO GUARÁ II

# Cob. Lineares com até 211 m<sup>2</sup>

## AGUARDE!